



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2020**

Ata n.º 39

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de Fevereiro, aditamento de dezanove de Fevereiro e segundo aditamento de vinte de Fevereiro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2020-2023;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2020; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Mesa da Assembleia Municipal, da Moção Conjunta dos Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve "Pelo Hospital Central do Algarve";-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à abertura de Concurso Público Internacional para a "Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro), com o preço base de 8.212.384,00€ + IVA; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 (LCPA), de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura - "Projetos Ecos" - Oficina Ecológica de Cooperação Social - Aviso ALG-34-2019-17 - Programa de Parcerias para o Impacto, pelo valor de 1.009.867,08€; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da proposta de Regulamento do Projeto "Educação no Verão"; -----

PONTO OITO: Tomada de conhecimento de Declarações de Compromissos Plurianuais e de Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31 de Dezembro de 2019; -----



PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à abertura de "Concurso Público com Publicação de Anúncio no JOUE para Fornecimento de Calçada e Lancil de Sienito e Granito", com o preço base de 345.000,00€ + IVA; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Vice-Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à consulta prévia para "Contratação de Serviços de Medicina do Trabalho", com preço base de 72.000,00€ + IVA; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à consulta prévia para " Fornecimento de Lonas, Pendões e Placas Direcionais", com preço base de 30.000,00€ + IVA; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Participação como Investidor Social no Projeto "SAPIE - Sistema de Alerta Precoce do Insucesso Escolar", no âmbito do Aviso ALG-34-2019-17 - Programa de Parcerias para o Impacto, pelo valor de 36.000,00€;-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Luís Miguel Correia Pereira (suplente PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (suplente PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras - José Estevão, da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - Miguel Coelho. -----

Faltas: Fernando Gregório, João Silva, Gaspar Meirinho, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Jorge do Carmo.-----



Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Raquel Reis, Rui Gago, Luís Pereira, Rui Bernardo e José Estevão.----
Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Carmem Barreto: "Boa noite a todos. É com alguma tristeza que eu estou aqui hoje, eu venho em representação dos residentes de Vale de Parra, demonstrar a nossa indignação pela destruição do património cultural que é a calçada portuguesa que existia junto à rotunda de Vale de Parra, Rotunda da Carroça, mais concretamente com a requalificação do caminho mil duzentos e oitenta e um, que foi toda retirada, metros e metros de calçada em toda a sua extensão e que vai ser substituída por pavês. A calçada estava impecável, estava intacta. E é com muita tristeza que estou aqui hoje. Podiam dizer alguma coisa. Porquê da calçada ter sido retirada e vai ser substituída?"-

Presidente da Assembleia: "Já terminou, as respostas serão posteriormente à sua intervenção".-----

Carmem Barreto: "Não, sendo assim vou aproveitar para acrescentar que há inúmeras coisas para fazer no Concelho, bem como em Vale de Parra, Galé e arredores. Zonas que não têm passeios, que poderiam projetar e fazer passeios, há muita coisa por fazer. Os acessos às praias, que nós somos a capital do turismo e estão num estado lamentável, que acho que era muito importante renovar, colocar alcatrão e nada disso acontece. Então vejo fazer coisas que já estavam feitas, bonitas e perfeitas. É isso que eu lamento. E gostaria muito de poder ver aquela calçada de novo lá, todos nós. Obrigado". -----

António Fonseca: "Ora muito boa noite a todos, boa noite Senhor Presidente, António Fonseca de Paderne. É a primeira vez que eu venho cá, gostaria de saber deste tal projeto que a Câmara tem do Geoparque, projeto turístico. Qual é o estudo que vai ser feito para poder salvar as nossas relíquias, sobretudo ali em Paderne? Eu sou de



Paderne, falo de Paderne. Como a Ponte o Castelo, etc. Já invoquei na última reunião e ao mesmo tempo gostaria de saber se há alguma comissão que vai ser criada, se há um grupo de trabalho que vai ser criado. Eu gostaria de fazer parte, se fosse possível. Que é uma coisa que me interessa e é uma coisa que é muito importante para nós, para o povo aqui de Albufeira, de Paderne e não só. Era isto que eu queria fazer como primeira pergunta. A gente pode fazer duas perguntas a mais, ou não? Podemos. -----

Presidente da Assembleia: "Faça favor".-----

António da Fonseca: "Ora a segunda pergunta que eu queria fazer ao Senhor Presidente e a todos os ativos de São Miguel de Paderne, etc. Há um projeto para fazer uma nova estrada, para desviar da parte central de Paderne para os camiões? Que aquilo é um perigo. Eu já assisti a vários momentos como bicicletas, motas e carros, chega a um certo ponto, os carros são obrigados de recuar e o camião também, senão há acidente. Portanto, eu gostaria de saber se há um projeto para desviar aquela circulação, sobretudo dos grandes camiões. E depois a terceira pergunta; era para saber se há um organismo que limpa a ribeira? Tive a ocasião de passear um bocadinho, visto que estou disponível, para ver as relíquias que nós temos ali em Paderne e apercebi-me que a ribeira está cheia de silvas em certos sítios e de canas. Acho que isso é um perigo. Quando vem assim grandes chuvadas pode ser mesmo perigoso. É tudo, muito obrigado". -----

Presidente da Câmara: "Aqui relativamente às questões da calçada retirada junto da Rotunda de Vale de Parra, pois posso informar que parte dela ou a grande maioria vai ser reposta, porque houve ali um lapso de retirada da calçada para a colocação de pavês. Pavês, como sabe não está lá nenhum, vai ficar pois para outros lados, outros passeios, inclusivamente naquela estrada. Relativamente aos acessos às praias, como sabe e deve já ter ouvido algumas afirmações sobre isso, está a decorrer projetos para requalificar todos os acessos a todas as praias do concelho, inclusivamente com, não só pavimentação, águas, águas pluviais, estacionamento, iluminação pública, bancos eventualmente que possam ser necessários. Portanto os projetos estão todos a avançar simultaneamente, ver quando é que depois se começarão algumas obras, não é tudo tão imediato mas vai acontecer isso. Os projetos alguns deles estão quase terminados, tem de ser em conjugação com a RH como é óbvio, junto ao mar. Relativamente ao Senhor António Fonseca, o Geoparque é apenas, nós somos apenas ainda, apenas ou já somos candidatos, aspirantes do Geoparque. Poderá vir a ser uma realidade ou não. Como já



tenho dito é um projeto e uma candidatura em que a morosidade da resposta é muito grande, vai demorar vários anos. Aliás, outras experiências que temos no país e nomeadamente Geoparque da Estrela, Geoparque de Arouca, foram situações que demoraram já três ou quatro anos, enquanto este com certeza também não vai ser muito menos tempo. Mas de qualquer das maneiras, evidentemente que à medida que as coisas forem evoluindo irão com certeza realizar-se sessões nessas zonas de maior intervenção de Geoparque em que as pessoas estão todas convidadas a participar. Cada uma da sua maneira, cada um com as suas ideias, com certeza que sim. E obviamente em Paderne há dias, houve um dia, praticamente um dia inteiro dedicado a esta candidatura. Isto ainda é uma candidatura, ainda não é a realidade. Depois relativamente às limpezas das ribeiras, nós limpamos muitas linhas de água, eventualmente haverá situações que decerto depois podemos tratar dessa situação ou colaborar com outras entidades para o fazer. Quanto à variante, a variante não havendo propriamente um projeto mas já há uma ideia de fazê-lo. Agora, enfim, temos de fazer coisas mais urgentes conforme aquela Senhora ali disse, evidentemente que há, mas não deixa de ser uma necessidade e provavelmente cada vez que o tempo vai evoluindo mais necessidade se torna. Mas é uma realidade".-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Boa noite Senhor Presidente, caros Deputados e público. Eu gostaria só de frisar aqui mais uma vez uma questão que já é a quarta ou a quinta vez que refiro e que verifico que na verdade as coisas se mantêm na mesma. Infelizmente mais uma vez, documentos com alguma importância nos são remetidos fora do prazo habitual. E portanto solicitava, quer aos serviços, quer ao Senhor Presidente da Assembleia, quer ao Senhor Presidente da Câmara, no sentido de cumprirem com o Regimento e no fundo nos darem algum tempo para nós podermos efetivamente estudar os assuntos, ter os documentos connosco com algum tempo. A informação que vem, todos estes pontos da ordem de trabalhos vem toda ela fora daquilo que são os oito dias que estão programados e portanto mais uma vez sensibilizar, não sei como é que podemos fazer estas questões que no fundo, não tornar regra, aquilo que deveria ser uma exceção. E portanto nesse sentido solicitar mais uma vez ao Senhor



Presidente da Câmara que também pugne pela nossa Assembleia e que no fundo nos permita realmente ter algum tempo de estudo e de análise. O Senhor Presidente da Câmara que junto dos serviços, não dizendo que são os serviços, mas na verdade se alguém que tem de gerir os serviços é o Executivo e portanto uma desculpa que os serviços não deram a tempo, pois de facto a nós não nos esclarece nem nos resolve o problema. E portanto venho mais uma vez apelar no sentido realmente de sermos confrontados com a documentação com algum tempo e com a possibilidade de podermos discutir, para depois não estarmos de um dia para o outro a resolver as situações em cima do joelho e tomar decisões que às vezes não são as melhores. Deixo aqui este apelo, pela quarta ou pela quinta vez e que efetivamente não se transforme esta situação de exceção na situação de regular que tem vindo a acontecer". -----

Presidente da Assembleia: "Já agora como é uma situação regimental, vou só antes de passar a palavra, só para dizer que quando faz a afirmação que toda a documentação vem fora de prazo, toda não. Virá a ordem do dia com os primeiros quatro pontos, foram dentro dos oito dias e portanto foram lançadas dentro do dia dezassete para dia vinte e quatro, as outras foi uma decisão da mesa em função de que, senão, estaríamos para a próxima semana a ter uma Assembleia Municipal. Mas também pela quarta ou quinta vez ser uma maneira mais simples, também se resolve desta forma e ficará que a partir de agora a Assembleia Municipal ou a mesa, pelo menos pela parte que me diz respeito, já não farei mais nenhum aditamento e se tivermos de fazer duas Assembleias seguidas para cumprir os oito dias, pois assim faremos. É quando o nosso orçamento passar para o dobro porque podíamos ter feito isto com menos dois dias, mas será, obviamente depois o complemento distrito daquilo que é o regimento e vamos por aí. No que diz respeito à mesa foi a única questão que teve aqui em linha de conta, foi a poupança de mais uma Assembleia ou duas Assembleias Municipais, porque caso contrário iríamos ter que as fazer adiante. Já é desagradável estarmos a fazer no dia vinte e quatro, como toda a gente já fez os comentários todos possíveis e imaginários, mas é uma Assembleia Ordinária, era o único dia que era compatível com a agenda do Senhor Presidente da Câmara e portanto é feita dia vinte e quatro. Os demais vou aceitar completamente na íntegra o apontamento que faz e portanto iremos doravante cumprir os oito dias regimentais, pela quarta ou quinta vez deixarmos de ter a crítica sobre o enquadramento de dois ou três dias para a discussão dos pontos na mesma Assembleia Municipal".-----



Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia, se me permite também agradecer aqui a intervenção da Dona Carmem Barreto de Vale de Parra, da Freguesia da Guia, que realmente o que ela disse é o que todos nós sentimos. Que aquela calçada estava em perfeitas condições, inclusive já me reuni com o Senhor Presidente várias vezes sobre isso, com a Engenheira Fátima que também ali está e não se percebe porquê. Porque existe vários pontos de calçada não só na Freguesia da Guia mas em todo o Concelho que estão em más condições e aquela que estava em perfeitas condições, que até posso dizer aqui, que a Junta de Freguesia da Guia tem feito um enorme esforço em manter os vários pontos de calçada na nossa Freguesia em condições. Atualmente temos duas empresas de calçada a trabalhar para manter a calçada em condições, temos feito um esforço enorme. Pois aquela, que até há duas semanas atrás tínhamos estado a arranjar, foi levantada e custou por estar mesmo muito, muito boa. E acho que, também já tive oportunidade de dizer, que esse dinheiro que está a ser gasto ali servia sim para aumentar as zonas de passeios da estrada que liga Guia a Vale de Parra, porque é uma zona onde vimos várias pessoas a circular a pé e a estrada não tem condições, não tem passeio, não tem bermas não tem nada. Acho que esse investimento devia ser revisto. Por outro lado, também questionar aqui o Senhor Presidente da Câmara em relação aos cento e cinquenta milhões de euros que vão ser gastos aqui no Concelho de Albufeira. É que eu tive presente nessa intervenção e aquilo que eu vi, foi para a Freguesia da Guia um investimento muito fraco em relação às outras freguesias. E onde eu, ao longo destes dois anos de mandato que tenho, tenho feito vários pedidos e posso enumerar aqui vários projetos que eu já enumerei. Sendo eles o passeio que liga a Guia, o centro da Guia ao Shopping, a nova sede onde o terreno já adquiri também e o parque de estacionamento e também a nível de habitação social que nós também já falamos com o Senhor Presidente. Porque realmente na Guia não há habitação disponível para os jovens nem para ninguém, o que está a acontecer na Guia é que os jovens infelizmente estão a ter que mudar de freguesia, mudar de concelho para poder ter uma habitação própria. E das poucas pessoas que conseguiram fazer uma habitação própria, que é o Senhor Carlos e a Senhora Dona Encarnação, essa casa tem ordem de demolição. Por isso, acho que temos que ver isso com muita atenção, porque custa-me muito a mim, ver amigos, ver pessoas da Guia a partir, a ir para outras freguesias. É tudo, muito obrigado". -----



Presidente da Câmara: "Sobre a questão da calçada já respondi, não vou estar a repetir novamente. Agora sobre a questão dos investimentos da Guia, pois como sabe, fizemos a aquisição daquele terreno à entrada da Guia, uma vez que é um terreno que parte para construção e outra parte não. Tinha perspectivado inicialmente construir lá habitação para arrendamento e como o Senhor Presidente me solicitou a possibilidade de haver ali uma sede para a Junta de Freguesia, não pensando que havia essa pretensão e concordei. Evidentemente ficando prejudicado aqui a habitação, portanto aí sabe perfeitamente o que é que se passou. Relativamente a outras hipóteses de haver construção de habitação, estou e tal qual como disse há oito dias atrás, tenho uma avaliação de um terreno que por sinal é bastante caro, mas vou ver se consigo parti-lo em duas partes para ver se se consegue adquirir precisamente para habitação. Quanto ao resto pois não tenho, não há assim grandes, está a haver lá, pavimentações, requalificações. Diretamente ao passeio da estrada cento e vinte cinco, a estrada cento e vinte cinco é da responsabilidade da Administração Central, daí que talvez por isso ainda não foi feita. Portanto isso daqui a descartar responsabilidades nos outros, tudo bem, ótimo. Também acho que sim, evidentemente que não fujo há minha, como Autárquico, como Presidente da Câmara, não fujo há minha responsabilidade nem nunca fugi. Portanto estamos cá para resolver os problemas e para ajudar a resolver os problemas, mas a verdade é esta. Portanto na Guia aquele terreno foi comprado inicialmente com o intuito de ser para habitação social e vai ser como já falamos para a sede da Junta de Freguesia. Portanto isto é verdade que se diga e agora estou em vias de comprar, em vias, não é negociação. Em vias, não sei se chega a esse patamar de negociar o dito terreno, ali junto ao cemitério, a seguir ao cemitério. Portanto é isso que tenho a dizer".-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, era só para acautelar relativamente ao comentário que fez sobre a questão das Assembleias, e tem a ver com o seguinte: é que tem a ver com certeza com os documentos e com os pontos da ordem de trabalhos que são colocados muitas vezes em reuniões do executivo já depois do prazo. E portanto a ideia aqui no fundo era tentar, desculpe o termo, se calhar instruir os serviços, sabendo que esses pontos da ordem de trabalhos já não poderiam entrar naquela Assembleia uma vez que já vão fora de prazo. Portanto, os serviços serem, o termo se calhar é capaz de ser um bocadinho forte, mas educados de maneira a saber que esse tipo de pontos e deliberações têm que vir, ou em reuniões do executivo



anteriores e têm de ser preparados em consonância com. Não tenho dúvida que é do interesse do executivo e da Assembleia aprovarmos a documentação e fazer, mas também é fundamental que os serviços tenham informações no sentido de que têm que cumprir também alguns prazos e não os cumprindo isso acarreta prejuízos quer para a Câmara Municipal quer para a própria Assembleia e para a população. E portanto é essa questão que tem de ser sensibilizada. Evidencio por exemplo que nós tivemos cá na segunda-feira, na terça-feira foram aprovados documentos para vir à Assembleia já fora de prazo, e portanto parece que realmente à que instruir aqui uma nova regra nesse sentido. E é essa questão que aqui coloco". -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Senhor Presidente, em relação àquilo que apresentei não estou a descartar nada. Como bem sabe, nós tivemos várias reuniões sobre aquele terreno para adquirir, que foi adquirido pela Câmara e muito bem, dou os parabéns a isso, porque é um terreno que faz imensa falta à freguesia e na altura quando falamos foi que o terreno era imensamente caro para ser parque de estacionamento. Porque a grande falta ali era um parque de estacionamento para fornecer aquela zona toda de restauração e então depois surgiu essa situação de fazer a nova sede da Junta de Freguesia para equilibrar ali as coisas. Depois disso já apresentamos vários terrenos e você já pediu várias avaliações para habitação. E a mim o que eu posso dizer é que atualização que você fez até dois mil e vinte e três não está mencionado nada, nem que há um projeto para a Guia, acho que deveria ter mencionado também. Como digo, do passeio para o Shopping, já tive oportunidade de falar com o Engenheiro Batalha também, não é junto à cento e vinte e cinco, como é logico, não é. O passeio que eu tinha falado era junto ali ao ribeiro da Guia, que vai passar depois pelo Sol Nascente, que são terrenos que pertencem à Câmara Municipal. Que fazia a ligação depois para aquela zona comercial e aí já tínhamos uma zona para circular em perfeitas condições e em segurança. É tudo, obrigado". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----



ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Em relação à informação do Senhor Presidente, na página onze, li aqui que; ..."a Câmara Municipal apoia o Moto Grupo da Guia Brasões de Ferro, na realização do seu décimo oitavo aniversário através de fornecimento de energia, eletrificação, iluminação do recinto, montagem do palco com as dimensões de sete por sete com cobertura"... Realmente o que foi feito lá foi a Junta de Freguesia que montou tudo, a estrutura, o palco, tudo. E até foi um palco de menores dimensões, mas foi tudo a Junta de Freguesia que montou. A outra parte de isenção do pagamento das taxas, isso sim, está tudo correto, agora esta primeira parte penso que houve aqui um lapso".-----

Presidente da Câmara: "Pois, eu também só consigo ler aquilo que está aqui, não tenho agora o antecedente nem o histórico desta conclusão que está aqui. Isto é uma consequência de qualquer coisa, certamente também estava na proposta que foi aprovada em Reunião de Câmara. Na proposta estava a dizer o mesmo apoio que a Junta de Freguesia acabou por fazer. Mas pronto, foi feito, foi feito, tudo bem. Houve aqui uma duplicação de pedidos de apoio, foi o que aconteceu com certeza. Esta parte não foi feita, também ninguém disse que não foi feito".-----

Pedro Coelho: "Boa noite. Senhor Presidente, a questão que coloco sobre este ponto, sobre a informação do Senhor Presidente é se a mesma já incorpora a avaliação dos custos da Passagem de Ano, porque está aqui algumas tabelas que se referem a esse domínio mas provavelmente, julgo da interpretação que faço, ainda incompleto. Deduzo que não seja este o relatório, seja uma parte parcial mas depois haverá um relatório próprio, e se assim é ficaremos a aguardar. Mas de qualquer forma não deixo de perguntar, há aqui um procedimento que desconhecia, não tinha passado por nós aqui na Assembleia de quatrocentos e noventa e nove mil euros para o Solrir, para uma consultora para o Solrir. Se isto é do Solrir, se é da Passagem de Ano? Fica aqui a questão, uma vez que esta consta aqui na documentação. Depois outra questão também,



que agora não encontro aqui em concreto na tabela mas que vi algures aqui na informação da aquisição de dois terrenos. E era para perceber qual era o objeto, para o que é que se destinava esses terrenos, se era para habitação, se já tem projeto ou se é para outros fins? Desconheço" -----

Presidente da Câmara: "Quias são os terrenos?" Relativamente à questão do relatório, o relatório vai ser terminado e vai vir depois para informação à Assembleia Municipal conforme foi pedido. Relativamente ao Solrir, vou inteirar-me qual foi o valor mas penso que não foi esse que a Câmara despendeu, nem pouco ou menos. Portanto, como sabe o Solrir é uma parceria entre o Grupo Nau e a Câmara de Albufeira. Relativamente aos terrenos, não sei quais são".-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, se tiver a documentação pode verificar na página sete da informação dos anexos da Divisão de Turismo e Desenvolvimento Económico e Cultural que diz: QDKC Consulting Unipessoal, Lda. - Solrir, quatrocentos e noventa e nove mil euros. É o que cá está. Depois há Anti-Virus - Produções, Unipessoal, Lda. - Solrir, quatro mil novecentos e noventa e Ana Soares Produções, Lda. - Solrir, quatro mil novecentos e noventa".-----

Presidente da Assembleia: "Aqui a Senhora Primeira Secretária encontrou. Senhor Presidente é o prédio rústico n.º 29, Secção I, em Ferreiras, seis mil cento e quarenta metros quadrados pelo valor de cento e quarenta mil euros. Página quinze. E a fração L, Várzeas Quarteira, Lote E, Loja n.º 11, comércio, pelo preço de cento e quarenta mil euros".-----

Presidente da Câmara: "O das Ferreiras foi um terreno proposto pelo Senhor Presidente da Junta de Ferreiras, um terreno que está ali inserido numa zona que dá para efeitos de Comércio e Indústria. Relativamente ao segundo, a fração nas Várzeas de Quarteira é uma fração onde o Rancho Folclórico dos Olhos de Água estava a utilizar já há alguns anos e estava a ser, digamos, deixar de ter essa possibilidade de continuar a usar, então negociou-se com o comprador para se manter lá o rancho Folclórico. Está cedido, está cedido embora ainda não tenha sido feito projeto de cedência, o acordo da cedência mas está cedido ao Rancho Folclórico dos Olhos de Água".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----



O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos dois e três e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2020-2023;-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2020; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, relativamente a estas questões nós já tínhamos veiculado também a nossa opinião em reunião anterior, não sobre as questões do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, mas da forma como a estratégia política da Câmara Municipal se está a desenvolver e nesse sentido tendo em consideração que esta proposta de alteração, quer nos GOP quer no Orçamento da Câmara Municipal, vão implicar necessariamente a aprovação e portanto, a permitir a aprovação do ponto que vem a seguir, que penso que é o ponto cinco, relativamente ao Giro. Nós fizemos aqui as nossas reparações, os nossos comentários e de facto entendemos que estratégia não é a estratégia correta e seria também da nossa parte incorreto estarmos aqui a ter uma posição discordante e depois aprovarmos efetivamente essa despesa e no fundo a autorização para essa despesa. Nesse sentido o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá abster-se, quer no que diz respeito às Grandes Opções do Plano quer à Proposta de Revisão do Orçamento da Câmara Municipal".-----

Presidente da Câmara: "Estas questões da revisão, que esta revisão surgiu precisamente porque há determinados pormenores que sofreram uma alteração e houve necessidades que não estavam contempladas. Nomeadamente, estou aqui a reparar numa: reparação de uma ponte em Paderne, temos aqui os utensílios musicais para a Sociedade Musical de Paderne, enfim, há aqui várias situações que obrigam a fazer uma revisão porque não têm rúbrica necessária no orçamento. Evidentemente que o Orçamento ou as Grandes Opções do Planos podem-se fazer com rúbricas muito mais genéricas que abarca tudo, não é, tão transparente, como é óbvio. E assim fica à vista o que é que é aquilo e só serve para aquilo, para aquele assunto que está aqui. apenas isso. Que era de evitar, evidentemente. Revisões, estamos no segundo mês, uma



revisão, não é nada de especial. Mas o que é certo que podia-se ser evitado. Não é, não é do meu gosto com certeza trazer revisões à Assembleia Municipal. Sim, no ano passado houve seis revisões, é verdade. Vão sendo consequência das necessidades que vão aparecendo, não é mais nem menos. Agora como eu disse, se quiser fazer um Orçamento ou umas Grandes Opções do Plano com rúbricas extremamente abertas e genéricas, pois evidentemente que tudo isso é possível. Sendo possível já evitava as revisões, evidentemente, cabia lá tudo. Agora só que era claro, não era muito claro, penso eu. Uma questão de opção. É só".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO DO PONTO DOIS:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----

Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira, Raquel Reis, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Renato Pimenta, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: doze (12) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Gago, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Luís Pereira, Vera Belchior, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO DO PONTO TRÊS:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----

Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira, Raquel Reis, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Renato Pimenta, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: doze (12) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Gago, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Luís Pereira, Vera Belchior, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Mesa da Assembleia Municipal, da Moção Conjunta dos Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve "Pelo Hospital Central do Algarve"; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Só uma breve palavra sobre esta Moção. Foi decidido pelos Presidentes das Assembleias Municipais na reunião em São Brás e o texto basicamente é do Presidente da Assembleia Municipal de São Brás, que é Médico de profissão e que decidiu propor esta Moção. Foi aprovada por unanimidade dos Presidentes das Assembleias Municipais presentes, cerca de treze, se não estou em erro. Depois de proposta, a redação final também, combinou-se, acertou-se, que passaria por todas as Assembleias Municipais, no sentido que as Assembleias Municipais tomassem posição para que fosse enviado aos órgãos competentes. E portanto, essa redação passou pelo Presidente da Assembleia Municipal de São Brás, depois também terá sido relator o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa e portanto agora vos trazemos para deliberação".-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, tendo lido esta Moção e que vêm dos Senhores Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, eu e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não podíamos fazer outra coisa, senão solidarizarmo-nos com esta Moção. Independentemente das questões partidárias que possam estar aqui em causa é fundamental para a população do Algarve e de todos aqueles que defendemos o Algarve, de facto pugnar por uma melhor saúde tendo em consideração a situação a que se chegou. E nesse sentido, naturalmente votaremos favoravelmente e que mais que votar favoravelmente pugnaremos sempre que nos for possível e que tivermos oportunidade pela concretização, seja do Hospital Central, seja de qualquer solução que passe pela melhoria das condições de saúde no Algarve. E portanto nesse sentido, eu pessoalmente e o Grupo Parlamentar com certeza se comprometerá a trazer melhores condições de saúde para o Algarve. Nada mais temos a referir".-----

Adriano Ferrão: "Queria dar boa noite à mesa e aos restantes Membros da Assembleia que estão aqui e ao excelentíssimo público. Não podia também de deixar aqui umas palavras, esta bancada com certeza que se solidariza com esta posição tomada pelos Presidentes das Assembleias Municipais aqui do Algarve. Era premente que se tomasse uma posição também a nível das Assembleias, já ouvi também muitas vezes dos próprios executivos e agora o que urge é que seja algo que tenha, enfim, a devida atenção por parte do Governo. Porque o Governo como nós sabemos já esteve este



Hospital Central contemplado nos seus orçamentos e assim vê-lo desaparecer desses mesmos orçamentos. Hoje em dia, por aquilo que eu leio as pessoas encontram-se sem saber como chegar ao Governo sem sensibilizar aquele e como conseguir que aquele parta para a ação. Esta região dá muito ao país e não pode ser negligenciada de maneira nenhuma, por isso tudo o que venha a reforçar este pedido, esta solicitação do Hospital Central do Algarve é mais que pertinente e justifica-se".-----

Francisco Oliveira: "Eu gostaria só de acrescentar, que não é nada de concreto no sentido daquilo que nós pretendíamos, que era eventualmente estar definido, mas nestas Grandes Opções do Plano foi já incluído uma rúbrica relativamente ao Hospital do Algarve. Dir-me-ão bem, não será tudo, mas pelo menos é um avanço a um pontapé e pretendemos que efetivamente essa inclusão dessa rúbrica nas GOP relativamente à última aprovação, que possa permitir o desenvolvimento daquilo que se pretendia que é reforçar o estudo dum projeto que já estava relativamente abandonado, a ideia de facto é tentar enquadrá-lo. Agora nesse sentido devo referir que a ideia é de facto solidarizar, é tudo fazer no sentido de pressionar para que o Hospital do Algarve, ou quaisquer outras soluções que passem não necessariamente se calhar. Porque há depois uma outra questão, há quem defenda que o Hospital Central do Algarve não resolve as questões da saúde do Algarve e poderia haver outras formas. Sejam elas quais forem, ou seja, através do Hospital Central seja através do reforço das unidades de saúde e de outro tipo de unidades é fundamental que a saúde no Algarve melhore, melhore consideravelmente e muito a breve prazo".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Raquel Reis, Rui Pedro Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Luís Pereira, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



Foram apresentadas declarações de voto, pela CDU (Doc n.º 1 anexo a esta ata) e pelo PAN (Doc n.º 2 anexo a esta ata).-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à abertura de Concurso Público Internacional para a "Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro), com o preço base de 8.212.384,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, este primeiro aditamento diz, no ponto cinco, como o senhor Presidente acabou de ler, autorização de repartição de despesa prevista referente à abertura de Concurso Público, o que nós temos aqui é exatamente a mesma coisa que tínhamos na última, não na temática, mas na última Assembleia e que foi referido que estaríamos única e exclusivamente a aprovar a autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do número um do artigo sexto da lei número oito de dois mil e doze. Acho que há aqui algumas confusões que é conveniente esclarecer, até para futuro. Porque o que diz de facto a lei oito de dois mil e doze, que é a lei dos compromissos, é que sempre que haja repartição de despesa, seja ela de cem euros ou de duzentos ou de quinhentos, desde que seja feita em dois anos ou mais que um ano, terá sempre que vir à Assembleia. É de facto uma definição desta Lei dos Compromissos, que não colide com uma outra coisa que tem a ver com a Lei das Autarquias Locais, que refere quais as competências que a Assembleia Municipal tem para aprovar deliberações do executivo, ou seja, há deliberações do executivo que não precisam de vir á Assembleia Municipal, sejam elas plurianuais ou não sejam e há outras que são da exclusiva competência do executivo, portanto essas não precisam de vir cá, todas as outras precisam de cá vir independentemente de serem plurianuais, se forem plurianuais muito bem. Coloco a questão aqui para saber o que estamos a aprovar. Se estamos a aprovar só a repartição de despesa ou se estamos a aprovar a documentação que suporta esta repartição de despesa. Porque, na verdade, quando nós autorizamos a repartição, tem por base um determinado evento, ou uma deliberação, ou um projeto, ou uma obra e portanto, essa é que é fundamental. Porque a outra é meramente processual, ou seja, a autorização da despesa. Mas lá está, para



autorizarmos a despesa precisamos de saber exatamente o que é que estamos a autorizar. Não só o valor, mas em que circunstâncias e em que termos. Gostava que esclarecesse, porque da última Assembleia regular, da última ordinária foi-nos dito que estávamos a discutir o conteúdo, quando temos só que discutir a repartição da despesa. Parece-me haver alguma confusão, no fundo, ouvindo a informação que o senhor Presidente terá para dar, depois farei um reparo relativamente à questão que não tem a ver neste momento com a questão de fundo, mas com esta questão formal, de saber o que é que estamos a aprovar ou não."-----

Presidente da Assembleia: "Parece-me que também há um reparo a ser feito, que tem a ver com a última sessão regular, como diz, que quando faço essa menção que estávamos a discutir a questão de fundo e não a autorização, estávamos a autorizar para o concurso aos fundos comunitários, era isso que nós estávamos a autorizar a Câmara Municipal a poder concorrer aos fundos e não propriamente na questão da repartição de despesa. Isso era específico para aquele. No ofício que nos chega da Câmara Municipal, passo a ler, "*solicita-se a inclusão na ordem de trabalhos da próxima Assembleia Municipal, primeiro ponto, da autorização prévia prevista para celebrar o contrato de concessão e fixar as respetivas condições gerais, da autorização prévia prevista para assunção do compromisso plurianual*". Efetivamente, isto é o que vem do dia treze de Fevereiro, depois vem dia dezoito, em que remete-nos cópia em anexo "*remeto a essa Assembleia Municipal documento relativo ao procedimento em título referido, apreciação em reunião de câmara realizada no dia dezoito de Fevereiro, também corrente*". Efetivamente, em bom rigor, deveriam estar aqui os dois pontos, da autorização para celebrar o contrato de concessão e fixar as respetivas condições e autorização para assunção do compromisso plurianual. Portanto, não estando, das duas uma, ou consideramos um lapso e retiramos o ponto e marcamos a próxima Assembleia para isto. Porque, efetivamente, o apontamento que faz, faz alusão à questão da repartição de despesa e não à autorização para celebrar o respetivo contrato. Nem sequer é a abertura do concurso, aqui o que diz e passo a ler, "*Autorização para celebrar o contrato de concessão e fixar as respetivas condições gerais*". Em bom rigor, nós nem sequer podemos deliberar a abertura do concurso, apenas e só a autorizar a Câmara para a concessão e fixar as respetivas condições gerais."-----

Presidente da Câmara: "O objetivo, tal e qual como veio referenciado, embora não muito explícito, mas estava referenciado no último envio para a Assembleia Municipal,



o objetivo é que seja aprovada a concessão e os respetivos critérios dessa concessão, bem como a repartição de verbas nos vários anos que ela vai decorrer. Para além daquilo que o senhor Presidente falou há pouco, a questão da candidatura, nos próximos três anos, vinte e um, vinte e dois e vinte e três. Se a Assembleia entender fazer reflexão sobre as duas situações, muito bem, se não entender terá que se marcar outra reunião, embora isso seja um atraso." -----

Presidente da Assembleia: "Próxima Assembleia seria dia quatro, que nos dá nove dias.

Presidente da Câmara: "Pois tudo bem, são nove dias, se tiver que ser."-----

Francisco Oliveira: "Estava a ver o despacho, que vem da Câmara Municipal, em que o senhor Presidente diz, "foi deliberado, tendo em conta o teor das informações e nos termos das mesmas, as peças do processo, determinar a abertura do procedimento e proceder à designação de elementos componentes do júri, nos termos sugeridos na primeira, solicitando para evolução do processo a necessária autorização por parte da Assembleia Municipal, nos termos previstos." E nos termos previstos na alínea p) do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze, e depois, naturalmente, com a repartição de despesa. Portanto, estamos aqui perante uma delegação de competências exclusiva da Assembleia Municipal, relativamente ao conteúdo do que estamos a aprovar e depois à questão formal, que é a repartição de despesa, que tem a ver com a Lei dos compromissos e portanto, desde que seja compromisso plurianual, tem sempre que cá vir. De facto, não vejo nesta deliberação, ou nesta proposta de deliberação que a gente possa aprovar o ponto que está aqui em causa agora, não me parece que a forma como está redigido e em termos que está redigido possa ser aprovado. Há uma outra questão e é isso que eu gostaria de esclarecer e parece haver aqui alguma confusão, é que na última Assembleia ordinária, de facto, aprovou-se a repartição de despesa relativamente à questão da candidatura, mas também se aprovou a repartição de despesa relativamente à candidatura propriamente dita e à concessão, contrato e tudo mais, que depois veio a ser retificado exatamente pelos problemas que estavam aqui em causa e acho que há aqui alguma confusão. Se já se aprovou a situação anterior e se já está aprovada a questão da repartição da despesa, agora o que interessaria era aprovar a questão dos procedimentos, a designação dos elementos, as peças do processo, caderno de encargos, a própria abertura do procedimento e proceder à designação dos elementos e constantes do júri."-----



Presidente da Assembleia: "Vou voltar a colocar a questão, desta vez mais clara, das duas uma, ou nós alteramos o ponto, ou fazemos Assembleia dia 4 de Março, porque uma vez que o que está deliberado não é o que vem oficiado, para que a Câmara retifique o ofício, possamos fazer a Assembleia, ou alteramos o ponto. Em vez de estar aqui, onde se lê autorização da repartição de despesa, que se determine aprovar a abertura de procedimento e proceder à designação dos elementos componentes do júri. Mas isto implica alteração total do ponto e como tal, só se fará se for por unanimidade dos membros da Assembleia Municipal."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, apesar de nós termos insistido em várias reuniões e em várias Assembleias, percebemos que, as nossas propostas, algumas foram aceites, mas aquelas que para nós eram mais importantes não foram, o que quer dizer que também não serão no prazo de uma semana e não está em causa essa questão. Está em causa uma questão formal. Relativamente à questão formal não nos opomos a que efetivamente seja alterado o ponto e que seja votado hoje, porque não vale a pena estarmos a atrasar algo que entendemos que não vai ser alterado. Aliás, nesse sentido temos uma posição, que iremos depois apresentar uma declaração de voto e como sabemos que não vai ser alterado não vamos estar a prolongar, por assim dizer, esta questão e se realmente entenderem, a partir de agora o ponto passaria a ter a redação relativamente àquilo que é a alínea a) do despacho que vem da reunião de Câmara e nesse sentido aprovar ou não aprovar e pôr à votação e ser deliberado hoje."

Presidente da Assembleia: "Vou perguntar se algum membro da Assembleia Municipal se opõe à deliberação sobre este ponto?"-----

Foi deliberado por **unanimidade** alterar o ponto número cinco, em que passará ao seguinte, "*Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da abertura do procedimento do concurso para a concessão de transportes para a rede urbana de Albufeira, rede Giro, com o preço base de oito milhões duzentos e doze mil trezentos e oitenta e quatro euros mais iva, bem como à designação dos elementos componentes do júri nos termos indicados pela Câmara Municipal de Albufeira*". A ser assim, está aberta a discussão do ponto."-----

Francisco Oliveira: "Não iremos adiantar muito mais, fizemos referência na última Assembleia temática qual era a nossa posição, entendemos que a política a ser seguida, no que diz respeito à questão dos transportes parece-nos que não é a mais correta, portanto temos uma posição completamente divergente, isso leva-nos a tomar aqui uma



posição que é de não votarmos favoravelmente este caderno de encargos e esta solução, como também entendemos que, ao contrário de outras situações, de querer aqui colocar algum entrave, como infelizmente verificamos há poucos dias ou há poucas semanas, outras entidades terem chumbado linhas do metro de Lisboa. Só porque chumbaram as linhas do metro de Lisboa, nós não temos essa posição, entendemos realmente que o facto de não concordarmos faz-nos ter aqui uma posição de abstenção, mas não impedir aquilo que é a solução proposta pela Câmara Municipal. Como diremos, com a qual não concordamos e apresentaremos então uma declaração de voto posteriormente e naturalmente que nos iremos abster neste ponto da ordem de trabalhos."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: "Relativamente a este ponto, a posição da Junta de Freguesia de Paderne, que eu represento aqui como Presidente de Junta, é aquilo que já disse da outra vez, considero injusto que neste investimento da Câmara em serviço público de transporte não esteja incluída uma solução para Paderne. De qualquer maneira queria que houvesse um compromisso, por parte do executivo, em que a solução que terá que ser encontrada, paralelamente a este contrato, que tenha um prazo de compromisso, ou seja, que o senhor Presidente da Câmara, aqui ou noutra sítio, possa arranjar um compromisso em termos temporais, para que Paderne também esteja servido por uma rede de transportes alternativos, ou outro nome que queiram chamar, porque nós sentimos necessidade de levar mais turistas a Paderne, levar mais pessoas a Paderne, para que a economia seja um pouco melhor e que a riqueza que está toda no litoral possa ser transferida de alguma maneira para o interior, para tornar um concelho mais justo. Nesse sentido gostaria que houvesse um compromisso para que Paderne também fosse servido de transportes."-----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Como fiz na última Assembleia, vou voltar a agradecer à Câmara Municipal por ter incluído a freguesia da Guia na linha do Giro, que é bastante importante para a nossa freguesia. Como tal, o meu voto só pode ser favorável."-----

Francisco Oliveira: "Gostaria de esclarecer aquilo que foi uma das conclusões que chegamos, foi que não é o Giro só por si, que irá desenvolver Paderne, mas contribui, será uma das soluções e mais do que isso, é verificar que até agora não temos tido também noção, de uma política de coesão relativamente ao interior. Era nesse sentido que gostaríamos de ver que o executivo se empenhasse numa política de coesão.



Partindo do Giro, ou de qualquer outro tipo de soluções, no sentido de não deixar definhar, como o PSD disse na última reunião ordinária, que não valia a pena o Giro ir a Paderne, tinha pouca gente, tinha muitos velhos, aquilo era rural e portanto era uma despesa, era uma chatice, portanto mais vale deixar a coisa definhar e acabar-se com Paderne de uma vez por todas. Foi essa a ideia que aqui foi dada pelo senhor deputado Adriano, que disse que de facto tem pouca gente, não é rentável, as pessoas vão lá de carro, tem poucos jovens, tem muitos velhos e é uma freguesia rural. Está gravado, portanto eu não estou a inventar. Nessa perspetiva eu gostaria que realmente a gente pugnasse para que Paderne não morresse."-----

Adriano Ferrão: "Em defesa da honra, o direito em Portugal tem estas coisas, neste momento temos aqui um exemplo disso, tomam-se as perspetivas que se querem por aquilo que é dito e depois conta-se à sua maneira. Ilude-se quem quer ser iludido. Sabe, senhor deputado, que historicamente, em termos científicos a gente cinge-se aos factos e não faz juízos de valor. Deixamos os juízes de valores para os jornalistas e também para os advogados. O que acontece é que dei uma panóplia de números, números que não são meus, são dos organismos nacionais que tratam das estatísticas e dessa acumulação dos dados. Dei-lhe esses dados para refletir qual era a premência de Paderne no fim de contas estar abarcado aqui num sistema de transportes de cariz urbano. Ora, a urbanidade é de Albufeira, embora Albufeira seja um concelho de grande desenvolvimento, ainda é um conceito de urbanidade que ainda não se alarga a outras zonas mais rurais, foi isso que eu disse, a zonas mais rurais. Não podemos deixar de dizer que Paderne assenta a sua atividade principal económica no sector primário. É uma verdade, penso que isto não é discutível, indústria não vejo lá, os serviços também não abundam. De modo que o que eu acho é que, e quero desde já congratular o executivo pelo aumento significativo de cinco para onze linhas, são muitas linhas que vão estar no terreno e que vão servir quem cá está, seja residente, seja visitante, nas áreas de maior trânsito, de cariz urbano ou quase já urbano. Nós sabemos que há pequenos hiatos entre a Guia e Albufeira que ainda não têm uma urbanidade que se diga, até às Ferreiras já não se diz tanto porque as coisas já estão quase ligadas e até aos Olhos de Água, de qualquer maneira vai servir, os munícipes vão ficar muito bem servidos e contentes com este serviço, com certeza que vai de encontro com as suas necessidades. Agora, não quer dizer que, e agora quero contrariar o que disse, que o executivo não tenha uma visão integradora do concelho e



desenvolvimento do mesmo e que por isso que Paderne esteja a ser negligenciado, porque isso é uma falácia."-----

Francisco Guerreiro: "Eu sinto-me satisfeito, porque falar tanto de Paderne nestas duas Assembleias é realmente muito bom. Mas também quero referir aqui uma coisa, eu não gosto de demagogias, há anos que ando nisto e faço parte desta Assembleia, e se bem me recordo, houve Presidentes que foram bem acusados e eram do Partido Socialista, a governar a Câmara Municipal, que eram acusados de não ligar a Paderne. É preciso a gente não ter memória curta, eu estou satisfeitiíssimo e também com a posição do Miguel, que o senhor Presidente já assumiu a responsabilidade de ver o processo e dar continuidade, muito grato por isso, portanto não vale a pena estarmos aqui a fazer demagogia. Quando eu oiço elementos do Partido Socialista, que eu fiz parte desse grupo, fiz parte do Partido Socialista, hoje virem com esta demagogia toda sobre Paderne, não faz muito sentido. O que está lá feito não foi feito hoje, tem sido feito ao longo dos anos, com algum esforço, com certeza, das Câmaras Municipais. E a partir de quando? É preciso não termos a memória curta, a partir do mandato do Partido Socialista, do senhor Arsénio, é preciso ter isto conscientemente na cabeça. Não estamos aqui para fazer demagogia, eu não quero fazer demagogia com coisa nenhuma, mas sei perfeitamente que daqui para a frente isto também vai acontecendo um pouco, mas eu sinto-me bem por isso, também terei de responder quando chegar a minha hora. O que eu posso dizer, é que Paderne hoje está melhor do que estava há uns anos a esta parte. Não está bom, mas está melhor, e se alguém fez alguma coisa por isso também, fui eu, enquanto munícipe daquela terra e enquanto Presidente da Junta."

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: "Paderne tem sido aqui falado, muito bem, devo dizer que nos termos regimentais da Assembleia Municipal, estou a preparar uma solicitação a esta Assembleia, para que se faça uma Assembleia temática em Paderne, precisamente sobre Paderne. Espero que o senhor Presidente da Assembleia possa marcar essa Assembleia, dentro de dois, três meses. Irei mandar elementos preparatórios e depois gostaria que essa Assembleia fosse em Paderne, no auditório da Caixa Agrícola, que tem todas as condições, para pôr todos os deputados desta Assembleia a pensar Paderne, inclusive convidar a população, os empresários e todos os agentes económicos da freguesia, para que se possa perceber que soluções é que existem, que a Câmara, a Junta e as entidades oficiais podem promover para que haja mais justiça entre as freguesias do concelho e que haja mais desenvolvimento no meio



rural, no interior. Isso é uma coisa óbvia, toda a gente sabe não é a mesma coisa, o senhor deputado Adriano Ferrão já o disse e leu alguns números, há muitos mais números e muito mais realidades que deverão ser discutidas pelos agentes económicos da freguesia, e nesse sentido irei propor ao senhor Presidente da Mesa que brevemente se possa fazer essa Assembleia temática em Paderne, precisamente sobre o tema Paderne, que futuro, para que possamos falar sobre Paderne. Hoje, aqui está em causa o Giro, já falei sobre isso, mas espero que brevemente possamos ter uma Assembleia em Paderne."-----

Francisco Oliveira: "Às vezes fico espantado com determinado tipo de comentários, eu não sei onde é que há demagogia, são factos, factos concretos. E factos de tal maneira concretos, que estamos a discutir a possibilidade ou não do Giro, de transportes, de soluções para Paderne. O senhor deputado que fez parte da Junta de Freguesia, também deve ter conhecimento de que desde dois mil e onze, até agora, o número de população que reduziu em Paderne foi considerável. E de facto, infelizmente as coisas não aconteceram, foram acontecendo. O que se está a propor neste momento é que haja medidas hoje, face às circunstâncias e aos factos que ocorrem, que haja medidas que possam proporcionar a Paderne um melhor desenvolvimento, é só isso. Onde está a demagogia, não sei, senhor deputado, mas de facto, trocar estas coisas, não sei o que é que está aqui em causa. Nós estamos a propor soluções, isto é demagógico? Não me parece, mas parece-me que realmente tem as noções trocadas daquilo que é demagogia e daquilo que são os factos concretos das situações. Não é ser advogado, o senhor não tem que ser advogado, o senhor tem é que falar a verdade e dizer as coisas com verdade e corresponder à realidade, só isso. Porque isto não tem a ver com advogados, tem a ver com factos concretos e é nesse sentido que o senhor tem, efetivamente, que tomar em consideração os termos em que coloca as questões. Não estamos a fazer demagogia, estamos a fazer propostas, e propostas concretas, que não concordem, que eventualmente a solução seja outra, que haja soluções diferentes, tudo bem, estamos a fazer as nossas propostas, é só."-----

Roberto Raposo: "Quando oiço dizer que Paderne está no interior eu gostava que quem diz isso que fosse visitar, por exemplo Alte, Querença, Salir e ver a projeção que a Câmara de Loulé dá a essas aldeias do interior e a quantidade de turismo que para lá vai. Se meterem Salir na esplanada do Zip Zip vão ver quantos autocarros passam daqui, de Albufeira para Alte, com turistas. E não param em Paderne."-----



Francisco Guerreiro: "É a segunda vez que o senhor deputado me chama mentiroso. Há coisas que eu não aceito e vou-lhe dizer cara a cara. Não volte a repetir a mesma ação. O que faz falta em Paderne é habitação, não estou a dizer que não faz falta transporte, são coisas diferentes. E quando o senhor Presidente, na outra sessão, responsabilizou-se e disse que ia tentar resolver o problema, parece que esse problema está sanado, não vale a pena continuar com o mesmo tom, o mesmo som, porque isso não resolve nada. Nós estamos a favor que haja mais transporte, com certeza que sim, estou a favor, estou com o Miguel, com o que ele disse, que é verdade. Agora, o que faz falta a Paderne é habitação e que eu saiba, ao longo de alguns anos, foram comprados vários terrenos, todos aqueles edifícios que lá estão foram comprados nessa altura. Há lá um projeto de um terreno de habitação social, há anos. Falem nisso, o senhor Presidente tem de tomar atenção nisso, aí é que está. O que estou a dizer é verdade, foi comprado e está lá o projeto, então porquê que não pegamos por aí? Temos de pegar por aí, não é verdade? O que falta é pessoal em Paderne, sim senhor, mas também falta habitação, porque sem habitação não há. Na trajetória de uma via circular a Paderne, isso já foi levantado há montes de anos, há montes de anos foi feito um estudo para isso, e agora é que acordaram, ao fim de tantos anos? Porquê? Ainda bem que se fala em Paderne, eu estou de acordo com isso, que se fale em Paderne, já se falou mais nestas duas sessões do que se falou em anos."

Pedro Coelho: "Como o senhor Presidente apela sempre ao ponto, eu vou trazer as questões para a mobilidade, porque é aí que estávamos a discutir, e isto é um instrumento de mobilidade. E nas questões de mobilidade, a mobilidade é algo que faz interface entre a questão da habitação, entre a questão do emprego, entre a questão do turismo, entre muitos aspetos e muitas temáticas. O que quero dizer com isto é que as pessoas visitam os territórios ou habitam os territórios e trabalham nos territórios. O que acontece em Paderne, e por isso essa questão do deputado Adriano Ferrão, eu na Assembleia anterior caracterizei como uma resenha história do início do século vinte, é que quando muitos dos números da análise demográfica, com certeza que estavam corretos, mas a análise sócio económica de Paderne, de referir que a questão central, o sector primário, Paderne parece-me que essa aí já está distante dos dias de hoje. E, por essa questão, do sector primário estar distante dos dias de hoje, em Paderne, é que se torna mais importante discutir os transportes e a habitação, porque o que Paderne, neste momento está a desempenhar, ou que poderia vir a



desempenhar era exatamente ter um maior número de habitação, para colmatar os défices de habitação que existem em Albufeira, a preços mais acessíveis, dando uma dinâmica ao interior. E aí entra o fator transportes, como uma variável importante para conseguir implementar esta estratégia de desenvolvimento. Daí a importância de estar a discutir os transportes a Paderne, é a questão estratégica que está aqui em cima da mesa e o instrumento que estamos aqui a discutir. Que Paderne perdeu população é um facto, que Paderne não tem o sector económico tão forte como o primário, como referiu, é um facto. Que as pessoas de Paderne saem de Paderne para trabalhar no litoral é um facto. A própria concessão, na sua análise dos movimentos pendulares, como o plano de mobilidade na análise dos movimentos pendulares descreve exatamente um fluxo importante de Paderne para o litoral. Está lá, está lá uma setinha com uma caracterização do fluxo de circulação, por isso, essa questão das pessoas que estão em Paderne e trabalham em Paderne há muito tempo que já não é assim e estas matérias dos transportes ganham a sua importância e sua centralidade. Terminando o assunto Paderne e trazendo para a concessão e falando da componente de estratégia territorial para uma estratégia ambiental, a concessão é o principal instrumento para a mitigação das emissões de CO₂ no concelho. É a principal ferramenta para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e esta concessão podia ter mais projeção nesse domínio, como já afloramos ao longo destas várias sessões, onde foram discutidas. E, por fim, considero que a concessão está melhor agora a proposta de procedimento está melhor do que quando começamos o procedimento. Começou numa reunião técnica, em Maio nesta sala, passaram estes meses todos, houve várias alterações, melhorou em alguns aspetos, podia ainda ter um caminho de melhoria significativo e acho que aqui não posso deixar de terminar dizendo isto, considero que a melhoria podia ter surgido se houvesse uma abertura maior, desde o início, porque no final dos processos, discutir questões que são prévias, dificilmente vamos conseguir, nessa fase da documentação, das iniciativas, dos projetos, melhorar efetivamente as mesmas, porque já foram tomados de pressupostos que vão dificultar todo este processo. É uma prova é, aqui agora uma versão que está aqui neste documento que nos chegou há dois ou três dias, deve ter sido quarta-feira, estivemos aqui segunda à noite, deve ter chegado na quarta ou na quinta, não consigo precisar. A versão de quarta ou quinta desta proposta de concessão, deste procedimento, trás uma inovação agora nos passes intermodais, trás a questão do sub vinte e três e do cinco dezoito, mas para a questão da integração



futura para a negociação da intermodalidade, o que significa que é reconhecida a mais valia destas tarifas. Mas estas tarifas não existem nesta concessão, existem em outras concessões e diz aqui que podemos integrar com essas tarifas, mas não é proposta para esta concessão, isto é, se isto fosse discutido inicialmente, provavelmente os consultores tinham toda a facilidade em incluir esta questão dos tarifários para os jovens, nesta própria concessão, e ela tinha ido na devida altura à Autoridade de Transportes, tinha sido aprovada sem qualquer problema e estaria aqui para ser aplicada. Assim sendo, não está, arranjou-se aqui uma solução minimalista para o passe intermodal conseguir ter acesso a este tarifário mais simpático para os jovens, caso as outras interfaces assim não tenham. É uma demonstração que se fizéssemos tudo com mais tempo, com mais discussão prévia conseguíamos ter tido um projeto melhor."-----

Adriano Ferrão: "Há bocado falou-se de Loulé, de Alte, de Querença, eu diria que Loulé é um concelho muito grande e realmente eu nunca vi autocarros, de uma espécie de Giro urbano de Loulé em Querença, em Alte, no Ameixial, no Barranco do Velho, nunca vi nada disso. Talvez me possa explicar então como é que esses transportes urbanos de Loulé estão a contribuir para que aquelas localidades, realmente se rejuvenesçam e implementem a sua economia. Estava aqui a ver os tais dados, das minhas resenhas do século vinte, mas estão agora a ser feitas em Fevereiro deste século vinte e um, de dois mil e vinte. O que encontro aqui, é que realmente há um ligeiro acréscimo na população de Paderne, entre os vinte e cinco e os setenta e quatro anos, mas ao invés há um recuo grande dos miúdos de zero a catorze, o que quer dizer que, se calhar Paderne se integra num movimento muito mais amplo, um movimento demográfico, já que a demografia estuda os movimentos da população, nos parece aqui que é a natalidade que não tem sido fomentada em Portugal e nós sabemos disso, podemos rir também, é engraçado, mas é um caso sério que vai trazer problemas estruturais a este país, já está a trazer, mas vai trazer mais e com os quais vamos ter de lidar no futuro. Na realidade, se calhar seria bom o Governo ter um plano de fomento desta mesma natalidade, mas qualquer coisa que se visse, que fosse apreciável. Realmente, quando vamos a Espanha, alguns portugueses escolhem ter as crianças em Espanha, vêm a diferença que é."-----



Miguel Pinheiro: "Esta discussão faz um bocado lembrar aquela história do Charles Dikan, do cavalo que morreu depois de ser alimentado a ar. Se não damos condições a Paderne como é que esperamos que a zona floresça?"-----

Fernando Cabrita: "Também venho em defesa da honra, ouvi falar-se aqui já ser pecado ser-se advogado. Por acaso não se utilizou aqui a palavra mentiroso, hoje em dia, e aí fala-se em urbanidade, o senhor deputado Adriano Ferrão utilizou a expressão urbanidade talvez quisesse falar de urbanístico, nesse sentido. Urbanidade é aquilo que vou tentar explicar. A questão é esta, quando o senhor Deputado Francisco diz que chama alguém de mentiroso, hoje em dia já não se utiliza, diz-se faltar à verdade. Ele podia ter sido mais tolerante e isso é utilizar mais urbanidade. Um professor a palavra nesse sentido, talvez seja melhor ir ao dicionário, sem ser só internet. A questão é esta, é que nós estamos aqui vários advogados, e eu não tinha ainda intervindo até hoje, mas também gostava de achar que, não é pecado ser-se advogado, portanto não há uma conotação odiosa para se fazer sentir isso. Era como o outro, que dizia que fulano tem um filho, tem um que é advogado e tem outro que também é aldrabão, já agora fazer uma dessas, mas quando, às vezes as pessoas necessitam eles cá estão para o que é preciso. Mas havendo vários advogados nas duas bancadas, penso que esse argumento já não deveria ser utilizado. Aliás, esta discussão já vai longa, eu vou-me já calar, porque está marcada uma Assembleia para Paderne, aí pode o senhor reivindicar os seus louros, o deputado Francisco pode lá ir e confrontar-se com a população e aí é o lugar próprio. Acho que já falamos muito de Paderne, não que Paderne não mereça, mas estando já feito o pedido com o qual eu me solidarizo, vamos aguardar então que se faça essa Assembleia em Paderne e aí estaremos todos à vontade para pedir responsabilidades a quem."-----

Adriano Ferrão: "Eu não me ouvi dizer urbanidade, de qualquer maneira se o senhor ouviu pode ficar com ela, mas não me faz a mínima diferença. Depois, é claro que eu não estive aqui a dizer nada sobre os advogados que levassem a pessoa a ter que assumir que essa profissão é uma profissão de pessoas que mentem, isso é que é mentira. O que é um facto é que às vezes se utiliza a arte da própria profissão, do ofício e que se sabe manipular, dar uma certa interpretação, alternativa para se conseguirem chegar a conclusões diferentes. Ora, esta situação é normal ao próprio ofício e nós sabemos todos que isso acontece, agora, talvez não seja esta sala o sítio mais correto para que isso se proceda dessa maneira."-----



Presidente da Câmara: "Já tanto se ouviu falar em Paderne, já disse várias vezes e acho que já chegaram à conclusão daquilo que eu tinha dito na última reunião, que a questão dos transportes, sejam eles em Albufeira, ou noutra concelho qualquer, não depende apenas daquilo que se chama o transporte urbano, evidentemente, que há outros modelos de transporte, com certeza que Paderne não vai ficar sem transportes, isso vos garanto, não tenho aqui nenhum compromisso, conforme o Presidente da Junta de Freguesia já repetiu isso várias vezes, não me comprometo, garanto que isso vai acontecer, mas sem qualquer compromisso, não vou tecer nenhum compromisso temporal, não vou dizer que é amanhã, nem daqui a quinze dias, vai ser no mais curto espaço de tempo. Depois, quero dizer também que, relativamente à habitação em Paderne e os mais distraídos talvez não tenham conhecimento, estou só à espera de haver possibilidade de cabimento para poder lançar o concurso dos quarenta fogos em Paderne. O projeto está praticamente terminado, só falta a revisão, a revisão do projeto e é lançar o concurso. Foram feitas várias aquisições conforme o Francisco já aqui falou, nomeadamente aquelas três casas que estão por trás da igreja, que estava a interromper aquela via que dá acesso ao quartel da Guarda Nacional Republicana e depois sobe para a casa do povo e para antiga escola. Foi adquirida no sentido de haver um projeto de desenvolvimento daquelas três casas. Foi comprada há mais tempo, uma casa em frente à igreja, que vai ser, em princípio um Posto de Turismo e um local para se fazer alguma interpretação da questão do Geoparque. Candidatamo-nos junto com a Câmara de Loulé e com a Câmara de Silves a aspirante de Geoparque no sentido de proporcionar o desenvolvimento daquela freguesia do interior. Foi uma questão de vontade própria, o qual fui convidado pelo Presidente da Câmara de Loulé, para integrar junto com Silves nesse grupo dos três concelhos. Isto, tendo em vista o desenvolvimento de Paderne, se isto não é desenvolvimento, então não sei o que é. Temos, conforme já apresentei o projeto do saneamento de toda a zona Norte de Paderne, também preparado para fazer o cabimento e lançar o concurso, está apenas alguns pequenos pormenores de algumas expropriações que ainda não estão terminadas e só está à espera que isso aconteça, investimento à volta de seis milhões de euros. Por exemplo a zona dos restaurantes, que são referência, o Mato à Vista e o Paraíso aquela zona não tem saneamento, só para dar o exemplo daquilo que deveria ter e não tem, e toda a zona de Alcaria e Ribeira de Alte, Matos de Baixo. Foram requalificados, pavimentados caminhos na freguesia de Paderne e em todas as outras freguesias, como



se calhar nunca na vida foi feito dentro do concelho de Albufeira tanta requalificação e pavimentação de caminhos, é uma questão de se comparar números, mas não estamos cá para comparar números, estamos cá para trabalhar e hão-de ser mais. Estão-se a preparar novamente os concursos de pavimentação de caminhos nas zonas do concelho. Está prevista a repavimentação, conforme vimos na revisão orçamental, é uma questão de perigo, daquela ponte da Estacada, por aí. Foram feitas transferências de competências com alguma profundidade e com alguma substância, não só de competências, mas devidamente quantificada em termos de valores de finanças a transferir para as juntas de freguesia e Paderne não fugiu à regra. Evidentemente, não estou a dizer com isto que está fechado aqui o ciclo de desenvolvimento ou de investimento em Paderne, de maneira nenhuma. Com certeza que, os transportes independentemente de ser o Giro, ou chamem outra coisa qualquer, é que o problema não está no Giro, já disse isso na última sessão da Assembleia. Quando nós estamos aqui a andar neste circuito redondo, a falar do Giro que não vai a Paderne, que o Giro não vai a Paderne, isso não resolve nada, eu já disse. O Giro até podia acabar, o que interessava era haver transportes, não é a questão do Giro. Agora, que vai haver transportes para Paderne, que não se enquadra neste modelo, que temos aqui para implementar esta carreira do Giro, não se enquadra neste, mas temos de arranjar outro, isso garantidamente, com certeza que sim, ninguém disse que não e eu sempre garanti que sim. Agora, não é o Giro, e nós estamos aqui a discutir o ponto do Giro, embora isso não fosse chamado para aqui."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: (10) Francisco Oliveira, Raquel Reis, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: quinze (15) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Pedro Gago, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Luís Pereira, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----



Francisco Oliveira apresentou declaração de voto. (Doc. n.º3 anexo a esta ata)-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 (LCPA), de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura - "Projetos Ecos" - Oficina Ecológica de Cooperação Social - Aviso ALG-34-2019-17 - Programa de Parcerias para o Impacto, pelo valor de 1.009.867,08€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Raquel Reis, Rui Pedro Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Luís Pereira, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da proposta de Regulamento do Projeto "Educação no Verão"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Raquel Reis, Rui Pedro Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior,



Luís Pereira, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Tomada de conhecimento de Declarações de Compromissos Plurianuais e de Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2019; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Sobre este ponto, gostava de obter dois esclarecimentos. O primeiro, é para tomar conhecimento, mas qual é o objetivo da informação que foi traduzida em muitas páginas, que acompanham este ponto? E, em particular, nos pagamentos e recebimentos em atraso, no sector da água reparei, que está aí escrito cinco milhões de euros em dívida e assim sendo, a pergunta é o que é que aquilo significa? O que é que significa aqueles cinco milhões, isto é, são aquelas dívidas que evoluíram para execução fiscal? Não evoluíram? São consumidores que têm a água cortada? Houve interrupção de fornecimento? Não houve interrupção de fornecimento? O que é que neste momento o município está a fazer para tentar sanear aquele valor? Parece-me importante obter esse esclarecimento, porque foi com alguma surpresa que vi cinco milhões de euros, em dívida na água, daí estar a fazer esta questão."-----

Presidente da Câmara: "A colocação deste ponto para tomada de conhecimento na Assembleia, decorre da obrigatoriedade de lei legal, para que isso aconteça e revela precisamente isso, para dar a conhecer tudo o que é fluxos financeiros. Relativamente à questão da dívida para com a Câmara, relativamente à água, ia pedir, se possível, à senhora Vereadora Cláudia, que tem o pelouro das águas que exponha aquilo que entender."-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Relativamente a esta questão, do valor em dívida das águas, é uma questão, vai fazer dois anos que estou a exercer estas funções e tenho este pelouro, e uma coisa é certa, este valor já vem de trás, foram situações que ficaram, nós temos cumprido na integra, sempre que não há pagamento há corte. Há muitas situações de cariz social, que inclusivamente há poucos dias falei com o senhor Presidente sobre isso, estamos a tentar arranjar um caminho para resolver esta questão. Quanto às situações do passado não posso acrescentar muito mais



relativamente isso. O que posso dizer é que desde que assumi funções, estas situações não se colocam, somos muito rigorosos com isso. Volto só a referir, relativamente à questão social que é um problema, que há pessoas realmente com muitas dificuldades e que no passado acumulou esses valores, mas que vamos arranjar aqui uma forma de tentar resolver a questão."-----

Presidente da Assembleia: "Só para fazer indicação que houve um link que foi enviado, que tem sete mil e muitos documentos, que suportam depois no link do email."-----

Presidente da Câmara: "Apenas para informar, um dos exemplos que estamos a tentar negociar a dívida é com a antiga sociedade do Montechoro, que estão em acerto de contas, contas diversas, ainda estamos a acertar a questão da construção. Agora vou dizer uma coisa, que é extremamente antiga, do mercado municipal, e houve alguém que não fez as contas, na altura devida, o mercado municipal, agora transponham isso, para que ano é que isso foi construído e pensem nisso, agora está tudo a ser tratado, já fiz várias reuniões com os herdeiros, como se tinha começado as reuniões com o senhor Paulo Duarte, que depois faleceu, e entretanto a viúva, a irmã e os sobrinhos, a situação está a evoluir, é uma situação extremamente difícil, porque são coisas extremamente antigas, com uma documentação um bocado solta, onde aparece uma dívida bastante grande de água, que vai entrar em acerto de contas com tudo isto. É só para dizer que há aspetos extremamente morosos, evidentemente que isto foi um grande consumidor, aqueles pequenos consumidores, existe sempre essa possibilidade. Eu próprio, há dias não paguei a água, deixei-me atrasar, não vi a fatura e recebi uma carta a dizer que iria ser cortada. Eu também recebo as cartas e no entanto lá tive de ir pagar porque não fui à caixa do correio ver a fatura, ainda não aderi à fatura eletrónica. Isto para dizer que, se calhar foi um teste para ver se os serviços funcionavam, mas pronto, aconteceu."-----

Leonardo Paço: "Em relação a este tema queria dizer alguma coisa, porque o montante é precisamente o mesmo, ligeiramente superior até ao existente no mandato anterior, na qual a Dra. Ana Vidigal era responsável pelo pelouro e já nessa altura se falava que estava a haver acordos e que estavam a ser feitas demandas nesse sentido. Portanto, parece-me que não estão a ter sucesso, é o que posso daí deduzir."-----

Francisco Guerreiro: "Só para levantar uma situação sobre este aspeto da água. Vou dar duas situações, uma é minha e outra é de um amigo meu. Eu tenho o contador de água no nome da minha mãe, a minha mãe já faleceu há uma série de anos, vim aqui para



tratar do assunto, a resposta da funcionária é que era necessário uma série de coisas e segundo a versão, está à espera de um despacho da senhora vereadora. Não sei que despacho é. Porque pedem tanta coisa, que é um absurdo. Como é que eu legalizo o contador para o meu nome? Eu sou um, mas tenho lá mais pessoas que estão na mesma situação e eu já vim com algumas delas aqui à Câmara e a resposta é idêntica. Portanto, senhor Presidente, senhora Vereadora, tentem resolver isso o mais simples para que as pessoas possam resolver o problema delas, porque há pais que morreram há anos e vêm aqui e pedem uma série de coisas que não tem jeito, na minha modesta opinião e não sou advogado. Sou do tempo que não havia advogados nesta Assembleia e isto funcionava como um carrinho num carril, até deslizava. Hoje estamos nisto, precisamente por causa dos advogados, com o devido respeito que tenho, atenção. E nunca chamei mentiroso a ninguém."-----

Presidente da Câmara: "O senhor Leonardo Paço falou da questão da igualdade dos números, mas isso não se constata daí, não difere daí nenhuma conclusão, nada de especial, porque pode diminuir uns mas aumenta outros, o problema é que não está a descer. Relativamente àquilo que o Francisco Guerreiro afirma sobre a questão da alteração de nome, as questões também não podem ser assim tão facilitadas quanto tudo isso, senão a situação do não pagamento de água poderia, eventualmente, ser pior, mas qualquer das maneiras, isso é sempre uma questão a verificar, a rever o regulamento. Isso decorre, não é da funcionária que estava a responder ao munícipe, mas é do regulamento que a funcionária tem que aplicar. Mas vamos tentar rever a situação, se é possível facilitar, evidentemente que o objetivo é sempre agilizar as coisas e não complicar, por forma a que fique devidamente enquadrada na legalidade e não só, a questões que, como sabem, a água e o saneamento, tem questões propostas pela ERSAR, que muitas vezes nos escapam a nós."-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Respondendo ao senhor Francisco, há regras que nós temos que cumprir e nós tentamos sempre corresponder àquilo que a ERSAR nos impõe e daí há um conjunto de documentos que são necessários para proceder à alteração dos contadores, nomeadamente as licenças de utilização dos prédios, etc. Relativamente às casas mais antigas e anteriores a mil novecentos e cinquenta e um, quando se pretende efetuar a alteração do titular do contador, o que nós pedimos sempre é que se faça o pedido dessa declaração à Câmara Municipal e nós até temos facilitado que, enquanto as pessoas ficam à espera dessa declaração é tratado o processo em simultâneo, de



forma provisória. Certamente, se alguma dificuldade com algumas dessas questões, eu estou disponível para explicar, o meu gabinete está sempre aberto para isso. Porque acontece muitas vezes, que pedido tal, o tal projeto, o tal desenho da casa, não sei se tem a ver com isso, contudo, nós estamos a trabalhar na alteração do regulamento, temos estado a trabalhar com o jurídico, no sentido de arranjarmos uma forma para simplificar essa questão, mas também para cumprir com as regras e agir de forma rigorosa, porque também é esse o nosso dever, encontrarmos uma forma mais equilibrada de resolver estas questões."-----

Francisco Guerreiro: "A minha questão é tão simples quanto isto, isto já vem do tempo da Dra. Ana Vidigal, que tinha esse pelouro e a resposta foi sempre a mesma. "Estamos a ver, para se tornar mais fácil". Isto já lá vão anos, vão tornando mais fácil, mas não se torna nada mais fácil, continuamos na mesma. Eu daqui a pouco tenho quase oitenta anos, já eles moravam lá, já a casa estava feita, não tem projeto, não tem nada, não tem projeto de água, como é que eu faço? Então, temos de arranjar uma maneira mais fácil de ajudar a resolver estes problemas, é só isso que eu pretendo, e estou a falar por mim, agora é que me dói. Ainda hoje fui pagar a fatura em nome da minha mãe, acho que temos de arranjar uma maneira mais simples de resolver este problema senhora vereadora, mas dentro da legalidade, atenção."-----

Francisco Oliveira: "Só para fazer um pequeno reparo, apesar das pessoas entenderem que os advogados não servem para nada, para isto servem, eventualmente para meter as ações em tribunal e tentar recuperar os valores, no mínimo têm essa vantagem."-----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à abertura de "Concurso Público com Publicação de Anúncio no JOUE para Fornecimento de Calçada e Lancil de Sienito e Granito", com o preço base de 345.000,00€ + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Só para alertar que, relativamente ao ponto cinco e aos outros pontos que referimos aqui, este tem também o mesmo problema, fala sobre a



repartição de autorização e não fala sobre a aprovação dos concursos, neste caso das peças. É só para alertar que nas situações seguintes se deva ter mais cuidado e nos pontos que venham com essa informação. Eu sinceramente, não sei se neste caso concreto há aqui deliberação obrigatória por parte da Assembleia Municipal, o que se resume, única e exclusivamente à repartição de despesa. Os seguintes penso que não, mas pelo menos o nove deve ser."-----

Presidente da Assembleia: "Tem razão, este ponto é o concurso público, não a repartição de despesa, mas o concurso público. Senhor Presidente, o problema do ofício é que "solicitando a inclusão, autorização prévia referente aos fornecimentos abaixo indicados" é que não nos vem o ofício a pedir a inclusão dos procedimentos, só nos vem e passo a ler "solicitando a V/Exa a inclusão na ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal, a autorização prévia prevista referente aos procedimentos". Portanto, está bem, é o que está aqui, é referente aos procedimentos e não aos procedimentos. Eventualmente alguma questão prévia, que o serviço nos mande, mas não nos vem aqui solicitado que deliberemos sobre o concurso, mas sim a autorização prévia sobre estes três procedimentos. Portanto, é isso que nós vamos deliberar. O que o ofício nos solicita é a inclusão na ordem de trabalhos, não a deliberação. O senhor Presidente da Câmara faz manifestar a concordância com o sugerido com o conteúdo das peças processuais apresentadas e aprovar a abertura do procedimento. Depois o que nos é enviado, nós não temos em mente o que é que a Câmara decide fazer, a Câmara solicita-nos a inclusão na ordem de trabalhos e nós incluímos. Aqui quando nos pedem a inclusão na ordem de trabalhos da autorização prévia é isso que nós colocamos, é isso que nós deliberamos, porque não nos é pedido a deliberação sobre o concurso. Se assim for, virá à próxima Assembleia Municipal, aqui vamos deliberar sobre a repartição de despesa. São duas deliberações, vamos deliberar com a repartição de despesa a abertura do concurso e a questão do júri. Algum membro da Assembleia se opõe à aprovação e alteração do ponto para incluir o concurso público? Ninguém, então vamos alterar a designação do ponto."-----

Presidente da Câmara: "O que diz aqui é o seguinte, tendo em conta o teor das informações dos serviços da DISU, nos termos da mesma, determino no âmbito do procedimento por concurso público, com publicação do anúncio no JOUE, para fornecimento de calçada e lancil de sienito e granito, alínea a) manifestar concordância, no despacho assinado por mim, com o sugerido, designadamente com o



conteúdo das peças processuais apresentadas e aprovar a abertura do procedimento, solicitando para evolução do processo, a necessária autorização por parte da digníssima Assembleia Municipal, nos termos previstos no artigo sexto, para a seguinte repartição de encargos. Portanto, a única coisa que está aqui para vir à Assembleia Municipal é a repartição de encargos, o resto já está autorizado o concurso."-----

Presidente da Assembleia: "Exatamente, foi isso que eu disse. E é isso que vem no ofício, para autorização da despesa referente ao concurso público e não o concurso público. E depois está na alínea c) dar conhecimento do procedimento à Assembleia Municipal, não nos é solicitado mais nada. Então fica o ponto tal como está, referente à repartição de despesa."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Raquel Reis, Rui Pedro Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Luís Pereira, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Vice-Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à consulta prévia para "Contratação de Serviços de Medicina do Trabalho", com preço base de 72.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Raquel Reis, Rui Pedro Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana



Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Luís Pereira, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à consulta prévia para " Fornecimento de Lonas, Pendões e Placas Direcionais", com preço base de 30.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Raquel Reis, Rui Pedro Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Luís Pereira, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Participação como Investidor Social no Projeto "SAPIE - Sistema de Alerta Precoce do Insucesso Escolar", no âmbito do Aviso ALG-34-2019-17 - Programa de Parcerias para o Impacto, pelo valor de 36.000,00€.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Raquel Reis, Rui Pedro Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Luís Pereira, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

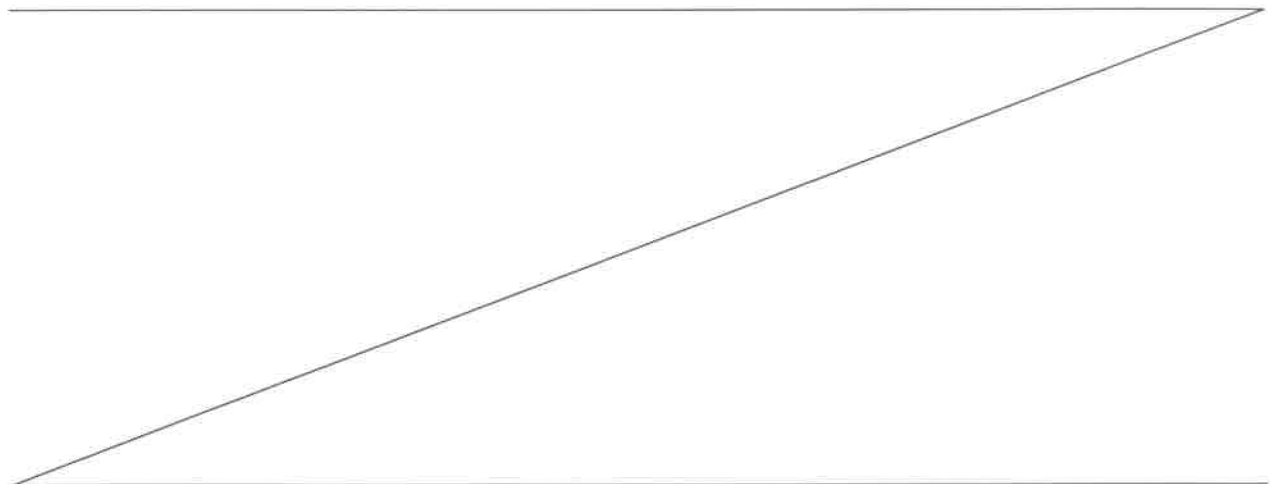
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 24 de Fevereiro de 2020 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Doc. n.º 1

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



**Declaração de voto
sobre a**

**"Moção conjunta dos presidentes das Assembleias Municipais do Algarve -
Pelo Hospital Central do Algarve"**

A CDU vota favoravelmente a moção apresentada, tendo em conta que nenhuma dúvida tem sobre a urgência da necessidade da construção do Hospital Central do Algarve, questão pela qual, ao longo dos anos, se tem batido.

No entanto e tendo em conta que este não é um problema recente, mas que se arrasta há décadas, importa não branquear as responsabilidades políticas de PS, PSD e CDS que, em sucessivos governos, têm vindo a adiar a construção desta infraestrutura, ao mesmo tempo que mantêm uma falta de resposta aos vários problemas de instalações, meios humanos e materiais dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos, fundamentais para garantir o acesso dos Algarvios à Saúde até à concretização do Hospital Central do Algarve, num modelo de gestão público integrado no Serviço Nacional de Saúde.

Assembleia Municipal de Albufeira, 24 de Fevereiro de 2020
O eleito da CDU



DECLARAÇÃO DE VOTO

Moção conjunta Presidentes Assembleias Municipais Algarve

PELO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE

As questões sobre o acesso aos cuidados de saúde no Algarve, bem como a sua qualidade não são novas, mas têm vindo a agravar-se ao longo dos anos.

A perda significativa que temos assistido, em termos de falta de médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e a falta de capacidade dos hospitais de Faro e de Portimão põem em causa o acesso a estes cuidados essenciais para a população.

Os tempos de espera são no mínimo preocupantes. Para uma consulta de ortopedia os tempos médios de espera no hospital de Faro são superiores a 3 anos (1309 dias), enquanto que uma consulta de urologia no hospital de Portimão pode levar mais de 2 anos a ser agendada (904 dias). Estes não são tempos de espera razoáveis, são verdadeiros suplícios para quem precisa de aceder a estas e outras especialidades e não tem como recorrer ao privado, que por sinal e em oposição ao serviço nacional de saúde, encontra-se em expansão na região do Algarve.

Nesse sentido, o PAN votou favoravelmente a presente moção por considerar que o Algarve e os Algarvios têm todo o direito ao acesso a cuidados de saúde dignos e em conformidade com as reais necessidades da região, lembrando ainda que além da construção de um novo hospital, também é necessário investir nos hospitais de Faro e Portimão para colmatar as carências existentes no atendimento à população.

Deputada pelo PAN
Vera Belchior



DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Albufeira, vem apresentar uma declaração de voto relativamente ao Ponto 5 da Ordem de Trabalhos da Sessão da Assembleia, realizada no dia 24/02/2020, referente ao Concurso Internacional para a concessão da rede de transportes urbanos de Albufeira (GIRO), o que faz nos termos seguintes:

Considerando;

1. Que o referido Grupo Parlamentar tem vindo, desde Maio de 2019, a apresentar propostas para uma mais correcta definição da estratégia de transportes de Albufeira;
2. Que apesar das evidentes lacunas na cobertura das zonas mais necessitadas do concelho, não estarem previstas nem asseguradas, como sejam Paderne e Fontainhas, o Executivo PSD nada faz para as colmatar;
3. Que apesar do aumento da cobertura do Concelho, com mais linhas e paragens, continua a verificar-se uma incorrecta política da expansão da cidade, não privilegiando a coesão territorial, para além de não retirar os veículos do centro da cidade, não contribuindo para a despoluição das zonas de maior tráfego;
4. Que a mesma está concebida para os utentes turistas e não para os residentes, como o demonstra o tarifário elevado para aqueles que o utilizam frequentemente, não incentivando a utilização do transporte público;
5. Que existe uma enorme desarticulação com o transporte ferroviário, em particular o serviço regional de comboios do Algarve, que é o mais utilizado pela população residente;
6. Que é, mais uma vez, visível a falta de planeamento e de coordenação com outros planos da cidade (veja-se que este concurso/concessão tem o prazo de 10 anos);
7. Que tendo sido convocada uma Assembleia Municipal para se discutir única e exclusivamente este assunto, que ocorreu a 17/02/2020, a verdade é que o Executivo PSD tinha já preparado o Caderno de Encargos, que apresentou na reunião de Câmara do dia seguinte (18/02/2020), manifestando um total desprezo pela oposição;

